

Campus Porto Velho Zona Norte
Pós-graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

JOELMA ALVES LÚCIO

**FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE COMO DIREITO: POR QUE A REDE
FEDERAL AINDA NÃO OCUPA ESSE LUGAR?**

PORTO VELHO

2026

Campus Porto Velho Zona Norte

JOELMA ALVES LÚCIO

**FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE COMO DIREITO: POR QUE A REDE
FEDERAL AINDA NÃO OCUPA ESSE LUGAR?**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Zona Norte*, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, junto ao Curso de Docência na Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação do professor Luís Fernando Lira Souto.

**PORTO VELHO
2026**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Lucio, Joelma Alves.

Formação técnica em saúde como direito: por que a rede federal ainda não ocupa esse lugar? / Joelma Alves Lucio. - Porto Velho, 2026.

23 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Luis Fernando Lira Souto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. Formação técnica. 2. Desigualdade regional. 3. Setor privado. 4. Qualificação profissional. 5. Saúde pública. J. Souto, Luis Fernando Lira (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE COMO DIREITO: POR QUE A REDE FEDERAL AINDA NÃO OCUPA ESSE LUGAR?

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista junto ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sob a orientação do Professor Doutor Luís Fernando Lira Souto.

Aprovado em: 26/03/2026 pela banca examinadora.

Prof. Dra. Rafaele Febrone Meloni.

Prof. Me. Cicero Felix da Silva

Prof. Dr. Luís Fernando Lira Souto
Orientador

FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE COMO DIREITO: POR QUE A REDE FEDERAL AINDA NÃO OCUPA ESSE LUGAR?

RESUMO: A formação técnica em Enfermagem desempenha papel estratégico na organização do sistema de saúde brasileiro, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo essencial para a qualificação da força de trabalho em saúde. Este estudo tem como objetivo analisar a oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, com ênfase na Região Norte, buscando compreender sua distribuição e discutir as implicações dessa configuração para o acesso à formação e para a equidade na qualificação profissional. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, baseada em dados secundários obtidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, coletados entre 11 e 17 de março de 2026. Os dados foram organizados por unidade federativa e região geográfica, sendo realizada análise específica da Região Norte quanto à natureza administrativa das instituições ofertantes. Os resultados evidenciaram uma distribuição desigual da oferta no país, com concentração na Região Sudeste (44,0%) e menor participação da Região Norte (10,0%). No recorte regional, observou-se predominância expressiva do setor privado, responsável por 84,4% dos cursos, além de desigualdades intra-regionais, com concentração da oferta em estados como o Pará. Esses achados indicaram limitações no acesso à formação técnica, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, e sugeriram possíveis impactos na distribuição da força de trabalho em saúde. Conclui-se que a ampliação da oferta pública de cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte constitui elemento estratégico para a redução de desigualdades e para o fortalecimento do SUS.

PALAVRAS-CHAVE: formação técnica; desigualdade regional; setor privado; qualificação profissional; saúde pública.

HEALTH TECHNICAL EDUCATION AS A RIGHT: WHY DOES THE FEDERAL NETWORK STILL NOT OCCUPY THIS SPACE?

ABSTRACT: Technical training in Nursing plays a strategic role in the organization of the Brazilian health system, especially within the Unified Health System (SUS), being essential for the qualification of the health workforce. This study aims to analyze the supply of technical nursing courses in Professional and Technological Education in Brazil, with emphasis on the Northern region, seeking to understand its distribution and discuss its implications for access to training and equity in professional qualification. This is a quantitative, descriptive, and exploratory study based on secondary data obtained from the National Catalog of Technical Courses, collected between March 11th and 17th of 2026. Data were organized by state and geographic region, and a specific analysis of the Northern region was conducted considering the administrative nature of the institutions. The results showed an unequal distribution of courses, with concentration in the Southeast region (44.0%) and lower participation in the Northern region (10.0%). In the regional analysis, a strong predominance of private institutions was observed (84.4%), as well as intra-regional inequalities. These findings indicate limitations in access to technical training and suggest potential impacts on the distribution of the health workforce. It is concluded that expanding public training in the Northern region is essential to reduce inequalities and strengthen the SUS.

KEYWORDS: technical training; regional inequality; private sector; workforce; public health.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil constitui um dos principais instrumentos de formação para o trabalho e de promoção do desenvolvimento social, especialmente no que se refere à qualificação de profissionais para setores estratégicos da economia e das políticas públicas (PELISSARI, 2023; VIEIRA; DE SOUZA JÚNIOR, 2016). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a educação profissional integra-se às diferentes formas de educação, articulando-se com o ensino regular e com o mundo do trabalho. Nesse contexto, a criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892/2008, representou um avanço significativo na ampliação da oferta pública de formação técnica no país (FREITAS, MEDEIROS, REGO, 2025). Embora a literatura destaque a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como uma concepção específica de educação, com fundamentos próprios e distinta da educação profissional em sentido amplo (GOMES; SANTOS, 2025), este estudo utiliza o termo em diálogo com a organização concreta da oferta de cursos técnicos no país.

No campo da saúde, a formação técnica assume papel central na organização e no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que grande parte da força de trabalho é composta por profissionais de nível médio, com destaque para os técnicos em enfermagem (DE BARROS NETO; JACOB, 2019, 2020). Esses profissionais desempenham funções essenciais na assistência direta aos usuários, atuando em diferentes níveis de atenção e em diversos contextos, o que evidencia a importância estratégica da formação técnica em Enfermagem para a garantia do direito à saúde (BRASIL, 1990; CHINELLI; VIEIRA; SCHERER, 2013; WERMELINGER; LIMA; VIEIRA, 2016; BERSUSA, 2007).

Apesar da relevância dessa formação, a oferta de cursos técnicos na área da saúde no Brasil tem se desenvolvido de forma heterogênea, marcada por desigualdades na organização da oferta e por uma expressiva participação do setor privado (WERMELINGER; LIMA; VIEIRA, 2016; SCHWARTZMAN, 2016; MERCADANTE, 2019). Estudos apontam que a expansão da educação profissional, especialmente a partir dos anos 2000, ocorreu de maneira concomitante ao crescimento da oferta privada, contribuindo para a consolidação de um cenário em que o acesso à

formação técnica, em muitos casos, depende da capacidade de pagamento dos estudantes (KUENZER, 2010; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; WERMELINGER; LIMA; VIEIRA, 2016).

A formação técnica em enfermagem no Brasil insere-se em um processo histórico marcado pela consolidação progressiva da profissionalização da área da saúde e pela crescente complexidade das demandas assistenciais (DA SILVA, 2022; CAVERNI, 2005; DA ROCHA AFONSO e NEVES, 2008). A organização da enfermagem brasileira estrutura-se, desde o final do século XX, em diferentes níveis de qualificação — auxiliares, técnicos e enfermeiros — sendo os trabalhadores de nível médio responsáveis pela maior parte da força de trabalho em saúde, representando aproximadamente 77% da categoria profissional (COSTA e KURCGANT, 2004; CHINELLI; VIEIRA; SCHERER, 2013).

Essa centralidade evidencia o papel estratégico do curso técnico em enfermagem na sustentação do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na execução direta do cuidado. Entretanto, a literatura aponta que a trajetória desses trabalhadores é marcada por tensões entre formação e prática profissional, incluindo descompassos entre o ensino e as exigências do mercado de trabalho, bem como desafios relacionados à qualificação, reconhecimento e condições laborais (RODRIGUES; ZANETTI, 2000; VIEIRA; CHINELLI, 2013).

Além disso, as trajetórias educacionais e ocupacionais desses profissionais frequentemente refletem processos de inserção laboral permeados por instabilidade, precarização e necessidade contínua de qualificação, ainda que a área da saúde se configure como um espaço de relativa permanência e construção de identidade profissional (SILVA, 2018; SILVA, 2019; VIEIRA, 2017). Considerando esse contexto, compreender a formação técnica em enfermagem implica considerar não apenas sua dimensão educacional, mas também suas articulações com o mundo do trabalho, as políticas públicas de saúde e as desigualdades estruturais que influenciam o acesso e a permanência nessa formação.

A distribuição da oferta de cursos técnicos na área da saúde no Brasil tem sido historicamente marcada por importantes desigualdades regionais (DALLABONA e FARINIUK, 2016; MACHADO, 2010; BOANAFINA, BOANAFINA, WERMELINGER, 2016). Estudos sobre a educação profissional indicam que a expansão da EPT ocorreu de forma heterogênea no território nacional, com maior concentração de instituições e cursos nas regiões mais desenvolvidas economicamente, em especial

no Sudeste, e menor presença em regiões como o Norte e o Centro-Oeste (KUENZER, 2010; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; MACEDO, 2017). Esse padrão reflete não apenas desigualdades estruturais no desenvolvimento regional, mas também limitações na capacidade de oferta pública de educação profissional em áreas geograficamente mais distantes dos grandes centros urbanos (BOANAFINA, BOANAFINA, WERMELINGER, 2016; MACEDO, 2017; DA SILVA, 2020). Como consequência, o acesso à formação técnica em saúde tende a ser mais restrito em determinadas regiões, o que pode impactar diretamente a disponibilidade e a distribuição de profissionais qualificados para o sistema de saúde.

Apesar da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008 (BRASIL, 2008; PELISSARI, 2023), observa-se que a ampliação da oferta pública, considerando seu conjunto, não ocorreu de forma homogênea entre os diferentes eixos formativos (CAVALHEIRO, CAMBRAIA, RODRIGUES, 2024; GARCÍA, 2000).

Além das desigualdades territoriais, a oferta de cursos técnicos na área da saúde também se caracteriza por uma forte participação do setor privado (BOANAFINA, BOANAFINA, WERMELINGER, 2016). Diversos estudos indicam que a formação de profissionais de nível médio em saúde, incluindo a enfermagem, tem sido historicamente conduzida predominantemente por instituições privadas, o que levanta questões acerca da equidade no acesso à formação e da responsabilidade do Estado na qualificação de trabalhadores para o SUS (MORAES e CORRÊA, 2022; MACHADO *et al.*, 2016; VIEIRA; CHINELLI; SCHERER, 2013; PEREIRA e RAMOS, 2006). Como consequência, o acesso à formação técnica em saúde tende a ser condicionado por fatores socioeconômicos, contribuindo para a manutenção e o aprofundamento de desigualdades sociais e regionais.

No contexto da Região Norte, essas questões tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que as dificuldades de acesso a instituições públicas podem intensificar a dependência da oferta privada, reforçando desigualdades sociais e educacionais já existentes (WERMELINGER, 2019).

Diante desse cenário, emergem questionamentos relevantes acerca do papel da educação pública na formação de profissionais essenciais para o SUS, especialmente em regiões historicamente marcadas por desigualdades sociais, econômicas e de acesso a serviços educacionais. A limitada presença da oferta pública de

cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte suscita discussões sobre a capacidade do Estado em garantir uma formação profissional equitativa, territorialmente distribuída e alinhada às necessidades do sistema de saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2020, 2024; BRASIL, 2025). Nesse contexto, torna-se relevante compreender não apenas a existência da oferta, mas também sua distribuição e natureza institucional.

Adicionalmente, observa-se na literatura uma lacuna no que se refere a análises que articulem, de forma integrada, a distribuição regional da oferta de cursos técnicos em Enfermagem com a natureza administrativa das instituições (públicas e privadas), especialmente no contexto da Região Norte. Embora existam estudos sobre a expansão da EPT e sobre o trabalho em saúde (CORRÊA FILHO, PAIXÃO, NOGUEIRA, 2022; ROSINKE *et al.*, 2020; DAROS, 2023), ainda são limitadas as investigações que examinam como essas dimensões se combinam na configuração concreta da oferta formativa, evidenciando possíveis implicações para o acesso, a equidade educacional e a formação da força de trabalho do SUS.

Diante da complexidade dos fatores que influenciam a oferta de cursos técnicos em saúde, o presente estudo concentra-se na análise da distribuição da oferta e da natureza administrativa das instituições, compreendendo tais elementos como indicadores analíticos das desigualdades de acesso à formação.

Considerando o elevado número de cursos técnicos existentes no país e a necessidade de delimitação analítica compatível com os objetivos deste estudo, optou-se por realizar uma análise contextual da distribuição regional da oferta de cursos técnicos em Enfermagem no Brasil, seguida de um aprofundamento na Região Norte, com foco na relação entre oferta pública e privada. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase na Região Norte, buscando compreender sua distribuição e discutir as implicações dessa configuração para o acesso à formação técnica em saúde e para a equidade na qualificação de profissionais no âmbito do SUS.

2 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, baseada em dados secundários, configurando-se também como uma análise documental. A investigação teve como objetivo analisar a

oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase na Região Norte, considerando sua distribuição territorial e a natureza administrativa das instituições ofertantes.

Os dados foram coletados a partir do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no período de 11 a 17 de março de 2026. Para a identificação dos cursos, foram utilizados os seguintes filtros: eixo tecnológico “Ambiente e Saúde” e área tecnológica “Técnico em Enfermagem”. A partir dessa busca, foi obtida a lista de instituições ofertantes em todo o território nacional.

Em seguida, procedeu-se à organização dos dados por unidade federativa, utilizando o filtro por estado (UF), com o objetivo de identificar a quantidade de cursos ofertados em cada uma das 27 unidades da federação. Posteriormente, os dados foram agregados por região geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), permitindo a análise da distribuição regional da oferta.

Para o aprofundamento analítico, foi realizada uma análise específica da Região Norte. Nessa etapa, as instituições ofertantes foram classificadas quanto à sua natureza administrativa, com base na informação de “dependência administrativa” disponível no CNCT, sendo categorizadas como públicas ou privadas. Para fins de análise, as instituições vinculadas ao Sistema S foram consideradas como pertencentes ao setor privado, em razão de sua natureza jurídica e forma de financiamento. A partir dessa classificação, foi possível quantificar a participação relativa de cada tipo de instituição na oferta de cursos técnicos em Enfermagem na região.

Os dados foram organizados em tabelas e analisados por meio de estatística descritiva simples (frequência absoluta e relativa), possibilitando a identificação de padrões na distribuição da oferta e na predominância institucional. Adicionalmente, foram calculadas proporções entre instituições públicas e privadas, com o objetivo de evidenciar a participação relativa de cada segmento na oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico sobre Educação Profissional e Tecnológica, desigualdades educacionais e formação em saúde.

Ressalta-se que a análise se concentrou na distribuição da oferta e na natureza administrativa das instituições, não contemplando aspectos qualitativos da formação, como infraestrutura e qualidade pedagógica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Resultados

A análise da distribuição regional dos cursos técnicos em Enfermagem evidencia uma forte concentração da oferta na Região Sudeste, que reúne aproximadamente 44,0% do total nacional. Em contraste, a Região Norte apresenta participação reduzida, correspondendo a cerca de 10,0% da oferta total. As regiões Nordeste (25,5%), Sul (12,5%) e Centro-Oeste (8,0%) ocupam posições intermediárias, sendo que o Sul, apesar de apresentar indicadores socioeconômicos elevados, também possui participação relativamente menor na oferta.

Tabela 1 — Número e percentual de cursos técnicos em Enfermagem por região geográfica.

Região	Cursos	%
Norte	417	10,0%
Nordeste	1066	25,5%
Sudeste	1840	44,0%
Sul	521	12,5%
Centro-Oeste	335	8,0%
Total	4179	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Esse padrão sugere que a distribuição territorial da formação técnica em saúde não pode ser explicada exclusivamente pelo nível de desenvolvimento econômico das regiões. Outros fatores parecem influenciar essa configuração, como a concentração de instituições de ensino técnico, a densidade da rede formativa, a presença histórica de cursos na área da saúde e a própria distribuição da força de trabalho em saúde, que tende a se concentrar em determinados territórios. Nesse contexto, a maior participação da Região Sudeste pode estar associada à maior concentração de instituições formadoras e de serviços de saúde, que atuam como campos de prática e sustentação da oferta formativa. Na Região Norte, a análise por unidade federativa permite observar a distribuição da oferta entre os estados, conforme a Tabela 2.

Verifica-se uma concentração significativa da oferta no estado do Pará, responsável por 52,3% dos cursos da região. Amazonas (15,8%) e Tocantins (15,6%) também apresentam participação relevante, enquanto os demais estados possuem oferta reduzida, com destaque para Acre e Amapá, ambos com apenas 2,4% do total regional.

Esse padrão pode estar associado a diferenças na densidade institucional, na presença de instituições formadoras e na concentração de serviços de saúde, que funcionam como campos de prática para a formação técnica. Estados como o Pará, que apresentam maior oferta, tendem a concentrar infraestrutura educacional e assistencial mais consolidada, enquanto estados com menor participação podem refletir limitações estruturais na oferta de cursos. Dessa forma, a distribuição observada evidencia uma desigualdade intra-regional na oferta formativa, com concentração em poucos estados.

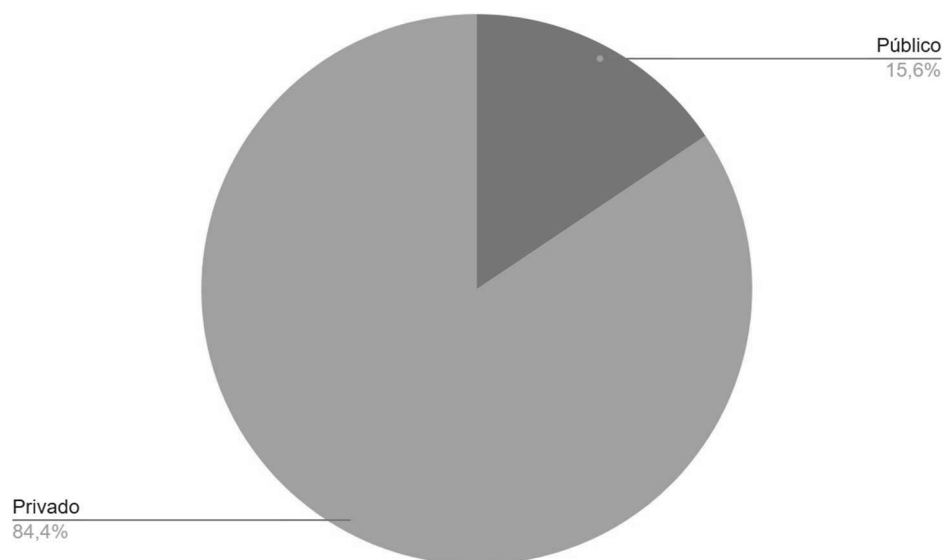
Tabela 2 — Número e percentual de cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte, por estado e natureza administrativa.

Estado	Nº total cursos técnicos	Percentual de cursos técnicos na Região Norte	Público	Privado
Acre	10	2,4%	2	8
Amapá	10	2,4%	1	9
Amazonas	66	15,8%	9	57
Pará	218	52,3%	23	195
Rondônia	28	6,7%	2	26
Roraima	20	4,8%	2	18
Tocantins	65	15,6%	26	39
Total	417	100%	65	352

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

No recorte específico da Região Norte, analisou-se a distribuição da oferta segundo a natureza administrativa das instituições, de acordo com a Figura 1.

Figura 1 — Percentual de cursos técnicos em Enfermagem por natureza administrativa na Região Norte.

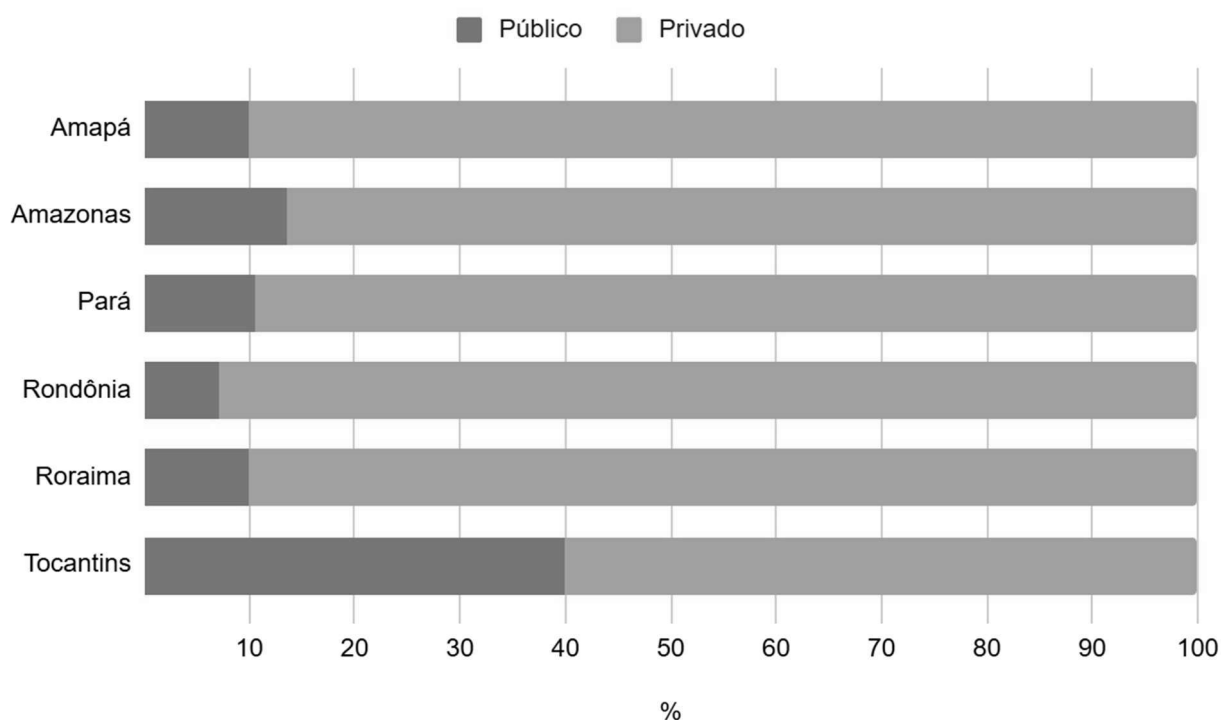


Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Observa-se predominância expressiva da oferta de cursos técnicos em Enfermagem por instituições privadas, que correspondem a aproximadamente 84,4% do total, enquanto as instituições públicas representam apenas 15,6%. Esse resultado indica forte participação do setor privado na formação técnica em saúde na região, sugerindo possíveis limitações no acesso gratuito à qualificação profissional.

Por fim, ao analisar a natureza administrativa das instituições por unidade federativa, foi possível identificar a composição da oferta em nível estadual, evidenciando a participação relativa de instituições públicas e privadas em cada contexto, como mencionado na Figura 2.

Figura 2 — Percentual dos cursos técnicos em Enfermagem por estado e natureza administrativa na Região Norte.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A distribuição dos cursos por estado na Região Norte evidencia diferenças marcantes na composição da oferta, especialmente quando analisada a relação entre instituições públicas e privadas. O estado do Pará apresenta não apenas o maior volume absoluto de cursos, mas também uma das maiores diferenças entre os setores, com forte predominância de instituições privadas. Situação semelhante é observada em estados como Amazonas e Rondônia, nos quais a oferta também é majoritariamente privada, ainda que com participação pública limitada.

Em contraste, estados como Tocantins apresentam menor diferença proporcional entre os setores, com presença mais equilibrada entre instituições públicas e privadas, embora com menor número total de cursos. Já unidades federativas como Acre e Amapá possuem baixa oferta absoluta, o que reduz a magnitude das diferenças entre os setores, sem, contudo, alterar o padrão geral de predominância privada. Por fim, estados como Roraima apresentam baixa oferta em ambos os segmentos, evidenciando limitações estruturais na disponibilidade de formação técnica.

Esses resultados indicam que a oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte varia tanto em quantidade quanto em natureza institucional entre os estados, evidenciando diferentes níveis de dependência do setor privado e de presença da oferta pública no interior da região.

3.2 Discussão

Os resultados apresentados evidenciam uma distribuição desigual da oferta de cursos técnicos em Enfermagem no Brasil, caracterizada pela concentração mais expressiva na Região Sudeste e por uma participação relativamente menor na Região Norte. Esse padrão reforça a existência de assimetrias regionais na oferta formativa, evidenciando que a disponibilidade de cursos não se distribui de forma homogênea no território nacional (MENDES *et al.*, 2022). Tal configuração está em consonância com a literatura que aponta que a expansão da educação profissional no país ocorreu de forma heterogênea, acompanhando as dinâmicas econômicas, a infraestrutura educacional e a capacidade institucional das diferentes regiões (KUENZER, 2010; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Nesse sentido, os resultados deste estudo contribuem para o preenchimento da lacuna identificada na literatura, ao relacionar o padrão de distribuição regional da oferta de cursos técnicos em Enfermagem — com maior concentração no Sudeste e menor participação relativa da Região Norte — à natureza administrativa das instituições, a partir de um recorte analítico centrado na Região Norte.

Essa discussão se torna particularmente relevante quando articulada ao papel estratégico da formação técnica em Enfermagem para o Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando que o SUS se fundamenta em princípios como universalidade, equidade e integralidade (BRASIL, 1990), a distribuição desigual da oferta formativa pode impactar não apenas o acesso à formação, mas também a capacidade do sistema em garantir a provisão equitativa de profissionais qualificados nos diferentes territórios (BRASIL, 2025; OLIVEIRA *et al.*, 2020, 2024).

No contexto da Região Norte, a predominância da oferta privada e a limitada presença da Rede Federal na formação técnica em Enfermagem podem estar associadas a um conjunto de fatores estruturais já discutidos na literatura. Entre eles, destacam-se as prioridades institucionais historicamente voltadas para cursos das áreas industriais e tecnológicas nos Institutos Federais, as exigências de infraestrutura específica para cursos da área da saúde — como laboratórios e campos de prática —

e as diretrizes regulatórias que condicionam a abertura e manutenção desses cursos (CAVALHEIRO, CAMBRAIA, RODRIGUES, 2024; GARCÍA, 2000; OLIARI; PADILHA; BACKES, 2016; JESUS *et al.*, 2025).

Esse cenário também pode indicar limites na interiorização e na diversificação da oferta pela Rede Federal de Educação Profissional, cuja expansão, embora significativa, não se distribuiu de forma homogênea entre os diferentes eixos formativos (CORRÊA FILHO, PAIXÃO, NOGUEIRA, 2022; ROSINKE *et al.*, 2020; DAROS, 2023) Embora o presente estudo não tenha como objetivo analisar diretamente esses fatores, os resultados encontrados apontam para a necessidade de aprofundamento dessas questões, uma vez que podem contribuir para explicar a baixa presença da oferta pública nesse campo.

A predominância da oferta privada na Região Norte sugere, portanto, possíveis limitações na capacidade de expansão da oferta pública de formação técnica em saúde, o que pode implicar restrições no acesso à qualificação profissional, especialmente para populações em situação de maior vulnerabilidade social (MATTGE, LACERDA, GOMES, 2019; SCHWARTZMAN e CASTRO, 2013).

Além das desigualdades quantitativas de acesso, os resultados também suscitam reflexões acerca da natureza da formação ofertada. Nesse sentido, é importante considerar que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se configura como sinônimo de educação profissional em sentido amplo, mas como uma concepção específica, ancorada em princípios de formação integral, politécnica e emancipação humana (CIAVATTA; RAMOS, 2011; GOMES; SANTOS, 2025). No entanto, a predominância da oferta privada, especialmente no contexto analisado da Região Norte, pode estar associada a modelos formativos mais orientados por demandas imediatas do mercado de trabalho, o que sugere que a expansão quantitativa não necessariamente se traduz na consolidação dos princípios da EPT em sua dimensão crítica (MATTGE; LACERDA; GOMES, 2019).

Nessa perspectiva, os resultados deste estudo sugerem que a configuração atual da oferta pode se distanciar, em parte, dos princípios da EPT enquanto projeto formativo crítico. Isso indica que a predominância do setor privado pode estar associada não apenas a desigualdades de acesso, mas também a limitações na consolidação de uma formação técnica orientada à integralidade do sujeito e às necessidades sociais mais amplas (CIAVATTA, 2014; MATTGE, LACERDA, GOMES, 2019).

No interior da própria Região Norte, os resultados evidenciam diferenças importantes, com concentração da oferta em estados como o Pará e menor disponibilidade em unidades federativas com menor densidade institucional. Esse padrão revela que a desigualdade na formação técnica não se limita à escala regional, manifestando-se também de forma intra-regional, o que pode aprofundar assimetrias no acesso à qualificação profissional em saúde (OLIVEIRA *et al.*, 2024, PRADO *et al.*, 2007).

Esse cenário se torna ainda mais relevante quando articulado a evidências recentes sobre a composição e a distribuição da força de trabalho em enfermagem no Brasil. Estudos indicam que, embora o país apresente um elevado contingente de profissionais, sua distribuição permanece desigual entre regiões, com menor disponibilidade relativa em áreas historicamente menos estruturadas, como a Região Norte (SOUZA, 2021; BRASIL, 2025; OLIVEIRA *et al.*, 2024). Além disso, observa-se que a força de trabalho é majoritariamente composta por profissionais de nível médio e técnico, que representam aproximadamente 75% do total, refletindo políticas de formação técnica mais intensivas no país (SOUZA *et al.*, 2025; BRASIL, 2025; OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Nesse contexto, a configuração da oferta formativa identificada neste estudo — caracterizada pela predominância do setor privado na Região Norte e pela distribuição desigual entre os estados — pode contribuir para a reprodução dessas assimetrias na força de trabalho em saúde. Considerando que a formação profissional constitui um dos principais determinantes da disponibilidade e da fixação de trabalhadores nos territórios, a concentração e a natureza da oferta educacional tendem a influenciar diretamente a organização do trabalho em saúde (WERMELINGER, 2019).

A literatura também aponta que a expansão da formação em enfermagem, quando não articulada ao planejamento das necessidades do sistema de saúde, pode intensificar desequilíbrios na distribuição de profissionais e limitar a efetividade das políticas públicas (BRASIL, 2025; CUNHA; HENRIQUES; COSTA, 2020). Assim, os resultados aqui apresentados reforçam que a análise da oferta de cursos técnicos em enfermagem deve ser compreendida não apenas como um fenômeno educacional, mas como um componente estratégico na estruturação da força de trabalho do Sistema Único de Saúde (ANTUNES; EMIKO YOSHIKAWA, 2001; DE SOUZA, 2016; FIGUEIREDO; TONINI, 2010).

Estudos indicam que a força de trabalho em saúde no Brasil é majoritariamente composta por trabalhadores de nível médio, especialmente técnicos em enfermagem, cuja atuação é central na operacionalização do cuidado (OLIVEIRA, 2020; CHINELLI; VIEIRA; SCHERER, 2013). Nesse contexto, a limitação da oferta pública de formação técnica pode contribuir para a manutenção de desigualdades regionais e sociais, dificultando a fixação de profissionais em áreas historicamente desassistidas, como a Região Norte (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013).

Ao considerar a distinção entre educação profissional em sentido amplo e a EPT como projeto formativo orientado à emancipação, observa-se que a expansão predominantemente privada pode não assegurar a formação crítica e integrada necessária para atuação no SUS, cuja complexidade exige profissionais capazes de articular dimensões técnicas, éticas e sociais do cuidado (FERREIRA; AZEVEDO, 2020; CIAVATTA; RAMOS, 2011; GOMES; SANTOS, 2025).

Este estudo apresenta limitações relacionadas ao uso de dados secundários provenientes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que não permitem avaliar aspectos qualitativos da formação ofertada, como infraestrutura, qualidade pedagógica e inserção dos egressos no mercado de trabalho. Além disso, a análise não contemplou diretamente fatores institucionais e regulatórios que influenciam a oferta de cursos, indicando a necessidade de estudos futuros que aprofundem essas dimensões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a oferta de cursos técnicos em Enfermagem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, com ênfase na Região Norte, buscando compreender sua distribuição e discutir as implicações dessa configuração para o acesso à formação técnica em saúde e para a equidade na qualificação de profissionais no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Os resultados evidenciaram uma distribuição desigual da oferta de cursos, com concentração nas regiões com maior densidade institucional e estrutura educacional consolidada e, no recorte analítico da Região Norte, predominância do setor privado. Esse padrão indica que, nessa região, o acesso à formação técnica em En-

fermagem depende majoritariamente de instituições não públicas oportunizando o fortalecimento do papel social, formador e emancipador da EPT, o que pode reforçar desigualdades de acesso, oportunidade, assim como sociais e econômicas.

A análise da natureza administrativa das instituições, associada à distribuição regional da oferta, permitiu evidenciar que a baixa participação da oferta pública na Região Norte constitui um elemento central na configuração das desigualdades de acesso à formação técnica em Enfermagem.

Os resultados deste estudo indicam que a ampliação da oferta pública de cursos técnicos em Enfermagem requer não apenas expansão quantitativa, mas também a superação de fatores que têm limitado a presença dessa formação na rede pública de Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando o papel dos técnicos em enfermagem na composição da força de trabalho em saúde, a ampliação da oferta pública de formação técnica na Região Norte configura-se como elemento estratégico para reduzir desigualdades no acesso à qualificação profissional em saúde o que pode reforçar desigualdades de acesso, oportunidade, assim como sociais e econômicas.

A partir dos achados deste estudo, algumas indicações práticas podem ser destacadas. Evidencia-se a necessidade de ampliação estratégica da oferta pública de cursos técnicos em Enfermagem na Região Norte, com prioridade para estados com menor densidade de cursos e maior dependência do setor privado. Além disso, torna-se relevante o fortalecimento da atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na área da saúde, considerando a necessidade de diversificação dos eixos formativos e ampliação de infraestrutura adequada para cursos técnicos em Enfermagem. Também se destaca a importância da articulação entre políticas educacionais e de saúde, de modo a alinhar a formação profissional às demandas do Sistema Único de Saúde, contribuindo para a redução de desigualdades na distribuição da força de trabalho em saúde. Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que subsidiem o planejamento territorial da oferta formativa, considerando critérios como densidade populacional, oferta de serviços de saúde e necessidades regionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria José Moraes; EMIKO YOSHIKAWA, Egry. **O Programa Saúde da Família e a reconstrução da atenção básica no SUS: a contribuição da enfermagem brasileira.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 54, p. 98-107, 2001.

BERSUSA, Ana Aparecida Sanches *et al.* **A construção das políticas de formação profissional de nível técnico de enfermagem para o sus: visitando experiências da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.** Rev. paul. enferm, p. 103-112, 2007.

BOANAFINA, Anderson; BOANAFINA, Lilian; WERMELINGER, Mônica. **A educação profissional técnica de nível médio em saúde na Rede Federal de Educação.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 15, n. 1, p. 73-93, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 182, p. 18037, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** DOU. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho na Saúde. **Demografia da Enfermagem no Brasil 2025 – Volume 1: Demografia e Mercado de Trabalho em Enfermagem no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CAVALHEIRO, Igor Lindemaier; CAMBRAIA, Adão Caron; RODRIGUES, Ricardo Antonio. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: A (Des) humanização do trabalhador na educação para o trabalho.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 8, n. 3, p. 01-16, 2024.

CAVERNI, Leila Maria Rissi. **Curso técnico de enfermagem: uma trajetória histórica e legal-1948 a 1973.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2005.

CHINELLI, Filippina; VIEIRA, Monica; SCHERER, Magda Duarte dos Anjos. **Trajetórias e subjetividades no trabalho de técnicos de enfermagem no Brasil.** Laboreal, v. 15, n. Nº1, 2019.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação.** Retratos da Escola, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

CIAVATTA, Maria. **O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS?/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?.** Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CORRÊA FILHO, ITAMAR DE; PAIXÃO, JAIRO ANTÔNIO DA; NOGUEIRA, MARLICE DE OLIVEIRA E. **Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.** Revista Diálogo Educacional, v. 22, n. 74, p. 996-1022, 2022.

COSTA, Maria Fernanda Baeta Neves Alonso da; KURCGANT, Paulina. **A formação profissional do técnico de enfermagem: uma análise histórica e ético-legal no**

contexto brasileiro. Acta Paulista de Enfermagem, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 108–113, 2004.

CUNHA, Carmen Maria dos Santos Lopes Monteiro da; HENRIQUES, Maria Adriana Pereira; COSTA, Andreia Cátia Jorge Silva. **A enfermagem de saúde pública: regulação e políticas públicas de saúde.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, p. e20190550, 2020.

DA ROCHA AFONSO, Shirley; NEVES, Vanessa Ribeiro. **Criação e implantação dos Cursos Técnicos em Enfermagem no Brasil.** Temperamentvm, v. 14, p. e11722-e11722, 2018.

DA SILVA, Gilberto Tadeu Reis *et al.* **Marcos históricos e legais da educação profissional técnica de nível médio em enfermagem no Brasil ao longo de 90 anos.** História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE), v. 13, n. 2, p. e01-e01, 2022.

DA SILVA, Leonardo Thompson. **A POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (IFS): UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA ESPACIAL E MACRORREGIONAL NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.** Políticas e práticas em educação, 2020.

DALLABONA, Carlos Alberto; FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. **EPT no Brasil: histórico, panorama e perspectivas.** Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 10, p. 46-65, 2016.

DAROS, Michelli Aparecida. **Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva.** Serviço Social & Sociedade, v. 146, p. e-6628346, 2023.

DE BARROS NETO, Sebastião Gonçalves; JACOB, Alexandre. **TÉCNICOS EM FARMÁCIA: TRAJETÓRIAS FORMATIVAS DE EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM FARMÁCIA.** Pensar Acadêmico, v. 17, n. 3, p. 386-412, 2019.

DE BARROS NETO, Sebastião Gonçalves; JACOB, Alexandre. **Profissionais de nível técnico em farmácia: discutindo a educação formal para inserção e participação.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n. 1, p. 23-43, 2020.

DE SOUZA, Águida Raquel Sampaio *et al.* **Contribuição da enfermagem na implementação da Política Nacional de Humanização.** Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, p. 149-155, 2016.

FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida De; TONINI, Teresa. **SUS e PSF para enfermagem: práticas para o cuidado em saúde coletiva.** In: SUS e PSF para enfermagem: práticas para o cuidado em saúde coletiva. 2010. p. xxii, 312-xxii, 312

FERREIRA, Samuel; AZEVEDO, Rosa. **Orientação profissional e formação humana integral na educação profissional técnica de nível médio.** Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 4, n. 1, p. 107-129, 2020.

FREITAS, Ana Patrícia Meireles; MEDEIROS, Bruna Isis; REGO, Raíssa Inácio Rosa. **A educação profissionalizante como caminho para o trabalho decente: cursos técnicos em Presidente Prudente/SP.** 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educação & Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

GARCÍA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil.** Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GOMES, J. M.; SANTOS, H. L. P. dos. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT): aportes históricos para a diferenciação entre a EPT e a Educação Profissional.** REVISTA DELOS, [S. l.], v. 18, n. 74, p. e7534, 2025.

JESUS, L.A.; SILVA, G.T.R.; CORDEIRO, A.L.A.O.; BAIXINHO, C.L. **Panorama de distribuição dos cursos técnicos em enfermagem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 01, n. 25, p. 1-15, e15684, mar. 2025. ISSN 2447-1801

KUENZER, A. Z.; FRANCO, M. C.; MACHADO, L. R. de S. **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos.** In: Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC/INEP, 2006.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2017.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos.** Linhas Críticas, p. 89-108, 2010.

MACHADO, Maria Helena *et al.* **Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares.** Enfermagem em foco, v. 7, 2016.

MENDES, Mariana *et al.* **Força de trabalho de enfermagem: cenário e tendências.** Revista de Enfermagem da UFSM, v. 12, p. e11-e11, 2022.

MATTGE, Verônica Nascimento; LACERDA, Maria Ribeiro; GOMES, Ingrid Meireles. **Análise da proposta de ensino da ética em cursos técnicos em enfermagem nos âmbitos público e privado.** REME-Revista Mineira de Enfermagem, v. 23, 2019.

MERCADANTE, Aloizio. **Educação e capacitação técnica e profissional no Brasil.** 2019.

MORAES, Sílvia Helena Mendonça de; CORRÊA, Adriana Katia. **Educação profissional técnica de nível médio na área da saúde: entre o público e o privado.** Revista Sustinere, v. 10, n. 2, p. 796-816, 2022.

OLIARI, Luciane Patrícia; PADILHA, Maria Itayra; BACKES, Vânia Marli Schubert. **Fortalezas e fragilidades do curso técnico de enfermagem no Instituto Federal de Santa Catarina.** Revista Gaúcha de Enfermagem. 2016.

Oliveira APC, Mion ABZ, Galante ML, Di Donato G, Ventura CAA. **Stock, composition and distribution of the nursing workforce in Brazil: a snapshot.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2024;32:e4287

Oliveira APC, Ventura CAA, Silva FV, Neto HA, Mendes IAC, Souza KV *et al.* **The State of Nursing in Brazil.** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2020;28:e3404

PRADO, Marta Lenise do *et al.* **Políticas públicas na formação em saúde: contribuição da enfermagem para superação das desigualdades regionais brasileiras.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 16, n. 3, p. 531-535, 2007.

- PELISSARI, Lucas Barbosa. **A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021**. Educação em Revista, v. 39, p. e37056, 2023.
- PEREIRA, Isabel Brasil; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional em saúde**. Editora Fiocruz, 2006.
- RODRIGUES, Rosa Maria; ZANETTI, Maria Lúcia. **Teoria e prática assistencial na enfermagem: o ensino e o mercado de trabalho**. Revista latino-americana de enfermagem, v. 8, n. 6, p. 102-109, 2000.
- ROSINKE, João Germano *et al.* **A Participação dos institutos federais na interiorização da educação superior presencial no Brasil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 2, p. 24, 2020.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.
- SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. **Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 21, n. 80, p. 563-623, 2013.
- SILVA, Maria Osória de Oliveria. **A enfermagem na lógica da hierarquização, da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista: evidências da precarização no processo de trabalho e no processo formativo do trabalhador de Nível Médio**. 2018.
- SILVA, Raimunda Magalhães da *et al.* **Precarização do mercado de trabalho de auxiliares e técnicos de Enfermagem no Ceará, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 135-145, 2019.
- SOUZA, Helton Saragor de *et al.* **A força de trabalho de enfermagem brasileira frente às tendências internacionais: uma análise no Ano Internacional da Enfermagem**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, p. e310111, 2021.
- VIEIRA, Monica; CHINELLI, Filippina. **Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 1591-1600, 2013.
- VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. **A educação profissional no Brasil**. Revista Interacções, v. 12, n. 40, 2016.
- VIEIRA, Monica *et al.* **Trajetórias educacionais e ocupacionais de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, e suas expectativas profissionais**. Saúde em Debate, v. 41, p. 92-103, 2017.
- WERMELINGER, Mônica; LIMA, Júlio César França; VIEIRA, Monica. **A formação do auxiliar e do técnico em enfermagem: a “era SUS”**. Saúde em Debate [Internet], v. 56, p. 36-51, 2016.
- WERMELINGER, Mônica Carvalho de Mesquita Werner *et al.* **A formação do técnico em enfermagem: perfil de qualificação**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 67-78, 2019.